



Ministério da Economia e da Inovação  
Direcção-Geral de Energia e Geologia

02.AGO2007 009236

GALP POWER, S.A.

Att. Exmº Sr. Engº Jorge Borrego

Rua Tomás da Fonseca, Torre C

1600-209 LISBOA

Sua referência:

Sua comunicação:

Nossa referência:

Proc. El 3.3/14

ASSUNTO: Licença de Comercializador de Electricidade

Exmº Senhor,

Para os devidos efeitos comunico que, por despacho do Sr. Director Geral de Energia e Geologia de 31/07/07, nos termos do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, e Decreto-Lei nº 172/2006, de 23 de Agosto, foi concedido à vossa empresa a licença de comercializador de electricidade que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

Martins de Carvalho  
(Director de Serviços de Electricidade)

ANEXO :O mencionado

MF  
Y<



Ministério da Economia e da Inovação  
Direcção-Geral de Energia e Geologia

## Licença de Comercializador de Electricidade

Nos termos dos Decreto-Lei nº 29/2006 de 15 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 172/2006 de 23 de Agosto é concedida Licença de Comercializador de Electricidade à empresa **GALP POWER S.A.**, com o NIF 504723456, com sede social em Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, para as seguintes actividades de comercialização de electricidade:

- a) Compra e venda por grosso
- b) Venda a retalho

### *Direitos e obrigações do titular desta licença:*

1 - Constitui direito do titular da licença de comercialização de electricidade o exercício da actividade licenciada, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

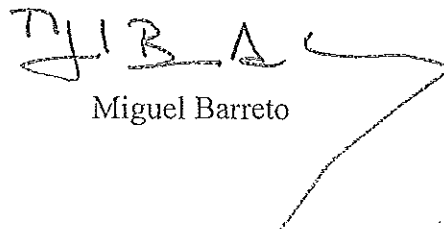
2 - O titular da licença da comercialização de electricidade tem as obrigações estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis e, nomeadamente, os seguintes:

a) Enviar às entidades competentes a informação prevista na legislação e na regulamentação aplicáveis;

b) Garantir níveis elevados de protecção dos consumidores, tendo em conta o disposto nos artigos 6º e 45º do Decreto-Lei nº 29/2006, de 15 de Fevereiro, e em especial as disposições relativas a clientes domésticos, de acordo com o previsto no anexo V do Decreto-Lei nº 172/2006 de 23 de Agosto, que dele faz parte integrante.

Lisboa, 31 de Julho de 2007

O DIRECTOR GERAL

  
Miguel Barreto